**MODELO 11**

**JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DE UMA DAS FUNDAÇÕES DE APOIO**

**NOTA EXPLICATIVA:**   
Esta minuta deve ser utilizada pela **área técnica** da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) como requisito para a instrução processual, previamente à celebração de instrumentos do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que contarem com a participação de fundação de apoio para a gestão administrativa e financeira do projeto ou atividade (a exemplo da prestação de serviços técnicos especializados, da transferência de tecnologia, dentre outras), quando houver, no âmbito daquela ICT, mais de uma fundação de apoio credenciada ou autorizada a apoiar os projetos da instituição. A justificativa se mostra necessária em razão do princípio da motivação, dado o fato de que, havendo mais de uma fundação de apoio credenciada ou autorizada a apoiar os projetos da ICT, mostra-se necessário que sejam declinadas as razões pelas quais a ICT optou por contratar uma delas, o que deve se dar com base em fundamentos de fato e de direito. Tal exigência consta do item 16 da [lista de verificação](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/subprocuradoria-federal-de-consultoria-juridica/camara-permanente-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-1/Checklist.pdf) elaborada pela Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal para o instrumento do acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**Base legal: arts. 2º e 50, *caput* e § 1º, todos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.**

Alguns itens receberão notas explicativas destacadas para a compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração das minutas, **que deverão ser devidamente suprimidas quando da finalização do documento**.

No modelo a seguir, deve-se observar que:

a) os itens escritos na cor **PRETA** devem ser mantidos, podendo eventualmente ser alterados ou excluídos diante do caso concreto, e;

b) aqueles redigidos na cor **AZUL** são textos que dependem de situações específicas ou se trata de textos sugestivos. Cabe a cada entidade verificar o que deve ser escrito nestes itens e decidir se eles serão ou não mantidos na redação final do acordo.

**MODELO**

**Justificativa para a escolha da fundação de apoio X (incluir o nome da fundação de apoio)**

Para a execução do presente projeto (ou atividade), mostra-se necessária a contratação, de forma incidental, ou seja, no mesmo instrumento jurídico principal, da fundação de apoio X (incluir o nome da fundação de apoio), para a realização da gestão administrativa e financeira indispensável à consecução dos objetivos fixados, o que se faz com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e no art. 75, XV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A fundação de apoio X (incluir o nome da fundação de apoio) se encontra devidamente credenciada (ou autorizada) pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para apoiar os projetos do(a) X (incluir o nome da ICT pública em questão), tendo realizado o procedimento previsto no art. 2º, III, da Lei nº 8.958, de 1994, e nos arts. 3º a 5º do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

No âmbito do(a) X (incluir o nome da ICT pública em questão), há mais de uma fundação de apoio credenciada ou autorizada pelos referidos Ministérios para a realização da gestão administrativa e financeira dos projetos ou atividades da instituição.

Apesar disso, e mesmo que haja, em tese, mais de uma fundação apta à realização do apoio ao projeto (ou atividade) que aqui se pretende desenvolver, opta-se pela contratação da fundação de apoio X (incluir o nome da fundação de apoio) por conta das seguintes razões:

* Histórico da fundação de apoio: apresentar breve histórico de criação da fundação de apoio, há quantos anos é credenciada pela ICT etc.
* Relacionamento prévio com a ICT pública: descrever o relacionamento existente entre a fundação de apoio e a ICT, eventuais projetos ou atividades já desenvolvidos etc.
* Qualidade dos serviços prestados: relato sobre a qualidade dos serviços prestados pela fundação de apoio, sucesso na execução pretérita de projetos e outras atividades, a presteza e a agilidade no atendimento das demandas, a pontualidade nas prestações de contas etc.
* Especialidade da fundação de apoio: declinar as razões pelas quais a escolha da fundação de apoio em questão é mais adequada, em razão da eventual especialização da fundação no apoio a determinados projetos, seja em razão dos órgãos envolvidos (unidades acadêmicas, laboratórios, *campi* etc.), seja em razão da área do conhecimento (já que há fundações de apoio criadas especificamente para o apoio a projetos de determinadas áreas, como saúde, engenharias etc.).

Além das razões acima expostas, verifica-se que a fundação de apoio preenche os demais requisitos de habilitação, notadamente aqueles relativos às regularidades jurídica e fiscal, bem como consta dos autos proposta de prestação de serviços de apoio pela fundação, com a demonstração das despesas operacionais e administrativas, as quais serão analisadas em documento apartado.

Diante do exposto, conclui-se que a escolha da fundação de apoio X (incluir o nome da fundação de apoio) para a realização da gestão administrativa e financeira do presente projeto (ou atividade) é a que melhor atende ao interesse público neste caso concreto.

Cidade/UF, dia de mês de ano.

**Pelo(a) ICT:**

**Nome do responsável pela área técnica**

**Cargo**

**NOTA EXPLICATIVA:** É importante frisar que a contratação de uma fundação de apoio, para que venha a exercer a gestão administrativa e financeira de um projeto ou de uma atividade, costuma ocorrer, de forma incidental (como pacto adjeto - ou acessório), no âmbito dos próprios instrumentos jurídicos que as ICTs públicas firmam para a execução de tais projetos ou atividades. Um exemplo é o acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, previsto no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004, que poderá ter a feição de instrumento tripartite, sendo a relação jurídica principal de natureza colaborativa (ou convenial), firmada entre a ICT pública e o parceiro, e a acessória, de natureza contratual, celebrada entre a ICT pública e a fundação de apoio, para a prestação dos serviços de gestão administrativa e financeira necessários à execução do projeto, como facultam o art. 10 da Lei nº 10.973, de 2004, e o art. 35, § 6º, do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.